

PERIÓDICO DE GEOPOLÍTICA E OCEANOPOLÍTICA

BOLETIM

GEOCORRENTE

ISSN 2446-7014



Os novos acordos firmados pela Tunísia sobre a questão migratória

ESTE E OUTROS 11 ARTIGOS NESTA EDIÇÃO

BOLETIM GEOCORRENTE

Nº 190 • 13 de setembro de 2023

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), vinculado à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPP) da Escola de Guerra Naval (EGN). O NAC acompanha a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica e da Oceanopolítica, a fim de fornecer mais uma alternativa para a demanda global de informação, tornando-a acessível e integrando a sociedade aos temas de segurança e defesa. Além disso, proporciona a difusão do conhecimento sobre crises e conflitos internacionais procurando corresponder às demandas do Estado-Maior da Armada.

O Boletim tem como finalidade a publicação de artigos compactos tratando de assuntos atuais de dez macrorregiões do globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Além disso, conta com a seção "Temas Especiais", tratando sobre assuntos latentes das relações internacionais.

O grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas do conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporcionam uma análise ampla da conjuntura e dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como seus desdobramentos.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do NAC e submeta seu artigo contendo até 400 palavras ao processo avaliativo por pares.

Os textos contidos neste Boletim são de responsabilidade exclusiva dos autores, não retratando a opinião oficial da EGN ou da Marinha do Brasil.

A publicação integral de qualquer artigo deste Boletim somente poderá ser feita citando expressamente autor e fonte, e colocando o link de redirecionamento para o artigo original.

Capa: [Barco de migrantes no mediterrâneo](#)

Por: LE Eithne Ops

Fonte: Wikimedia commons

CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação.
Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca – CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/RJ -
Brasil
TEL.: (21) 2546-9394 | E-mail: geocorrentenac@gmail.com

Esta e as demais edições do Boletim Geocorrente, em português e inglês, poderão ser encontrados na [home page da EGN](#) e em nossa [pasta do Google Drive](#).

O NAC também está no [LinkedIn](#), acompanhem nossas postagens.

CONSELHO EDITORIAL

DIRETOR DA EGN

Contra-Almirante Gustavo Calero Garriga Pires

SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO DA EGN

Contra-Almirante (RM1) Marcio Magno de Farias Franco e Silva

EDITOR CHEFE

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Leonardo F. de Mattos (EGN)

EDITOR CIENTÍFICO

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Francisco E. Alves de Almeida (EGN)

EDITORES ADJUNTOS

Jéssica Germano de Lima Silva (EGN)

Noele de Freitas Peigo (Facamp)

Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFF)

Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

DIAGRAMAÇÃO E DESIGN GRÁFICO

Guilherme de Oliveira Carneiro (UFRJ)

TRADUÇÃO

Lucas Salles Pithon Macedo (UFRJ)



ÁFRICA SUBSAARIANA

Carolina Vasconcelos de Oliveira Silva (PUC-Rio)
Franco Napoleão A. de Alencastro Guimarães (PUC-Rio)
Isadora Jacques de Jesus (UFRJ)
João Victor Marques Cardoso (UNIRIO)
José Ricardo de Oliveira Araujo (UFRJ)
Luísa Barbosa Azevedo (UFRJ)
Nicole Eduarte Silva Chifunga (UFF)
Vanessa Passos Bandeira de Sousa (ESG)

AMÉRICA DO SUL

Bruna da Silveira Eloy (UFRJ)
Fernanda Carvalho Calado Coutinho (UFF)
Gabriel Augusto Almeida da Silva (UFRJ)
Luciano Veneu Terra (UFF)
Matheus Ribeiro de Paula (UERJ)
Pedro Emiliano Kilson Ferreira (Univ. de Santiago)
Rafael Henrique de Almeida Bandeira Araujo (UFRJ)

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

Isabela Sússekind Rocha Torres (PUC-Rio)
Taynah Pires Ferreira (UFRJ)
Victor Cabral Ribeiro (PUC-Rio)
Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

ÁRTICO & ANTÁRTICA

Gabriela Paulucci da Hora Viana (UFRJ)
Gabriele Marina Molina Hernandez (UFF)
Jayanne Balbino Soares (UFF)

EUROPA

Guilherme Francisco Pagliares de Carvalho (UFF)
Gustavo da Hora Azevedo Osuna Bittencourt (UFRJ)
Maria Victoria R. Scarlatelli de Menezes (PUC-Rio)
Marina Autran Caldas Bonny (UFRJ)
Millene Sousa dos Santos (UFRJ)
Rafaela Caporazzo de Faria (UFRJ)

LESTE ASIÁTICO

João Pedro Ribeiro Grilo Cuquejo (Kobe University)
Luís Filipe de Souza Porto (UFABC)
Marcelle Torres Alves Okuno (EGN)
Maria Eduarda Araújo Castanho Parracho (UERJ)
Philippe Alexandre Junqueira (UERJ)
Rodrigo Abreu de Barcellos Ribeiro (UFF)
Thomas Dias Placido (UFSC)

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

Amanda Neves Leal Marini (ECEME)
João Gabriel Fischer Moraes Rego (ECEME)
Maria Clara Vieira Schneider Vianna (UFRJ)
Melissa Rossi (Suffolk University)
Vitória de França Fernandes (UFRJ)

RÚSSIA & EX-URSS

José Gabriel de Melo Pires (UFRJ)
Gabriel Willian Duarte Constantino (UFRJ)
Luiza Gomes Guitarrari (UFRJ)
Pedro Mendes Martins (ECEME)
Pérsio Glória de Paula (Saint Petersburg University)
Rafael Esteves Gomes (UFRJ)

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

Guilherme de Oliveira Carneiro (UFRJ)
Maria Gabriela Veloso Camelo (PUC-Rio)
Matheus Bruno Ferreira Alves Pereira (UFRJ)
Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFF)

SUL DA ÁSIA

Eduardo Araújo Mangureira (UFRJ)
Gabriela Siqueira Duarte dos Santos (UFRJ)
Lucas Mitidieri (UFRJ)
Maria Fernanda Császár Lima Ferreira (UFRJ)
Rebeca Vitória Alves Leite (EGN)
Renan Guimarães Canellas de Oliveira (PUC-Rio)

TEMAS ESPECIAIS

Raquel Torrecilha Spiri (UNESP)
Victor Magalhães Longo de Carvalho Motta (UFRJ)

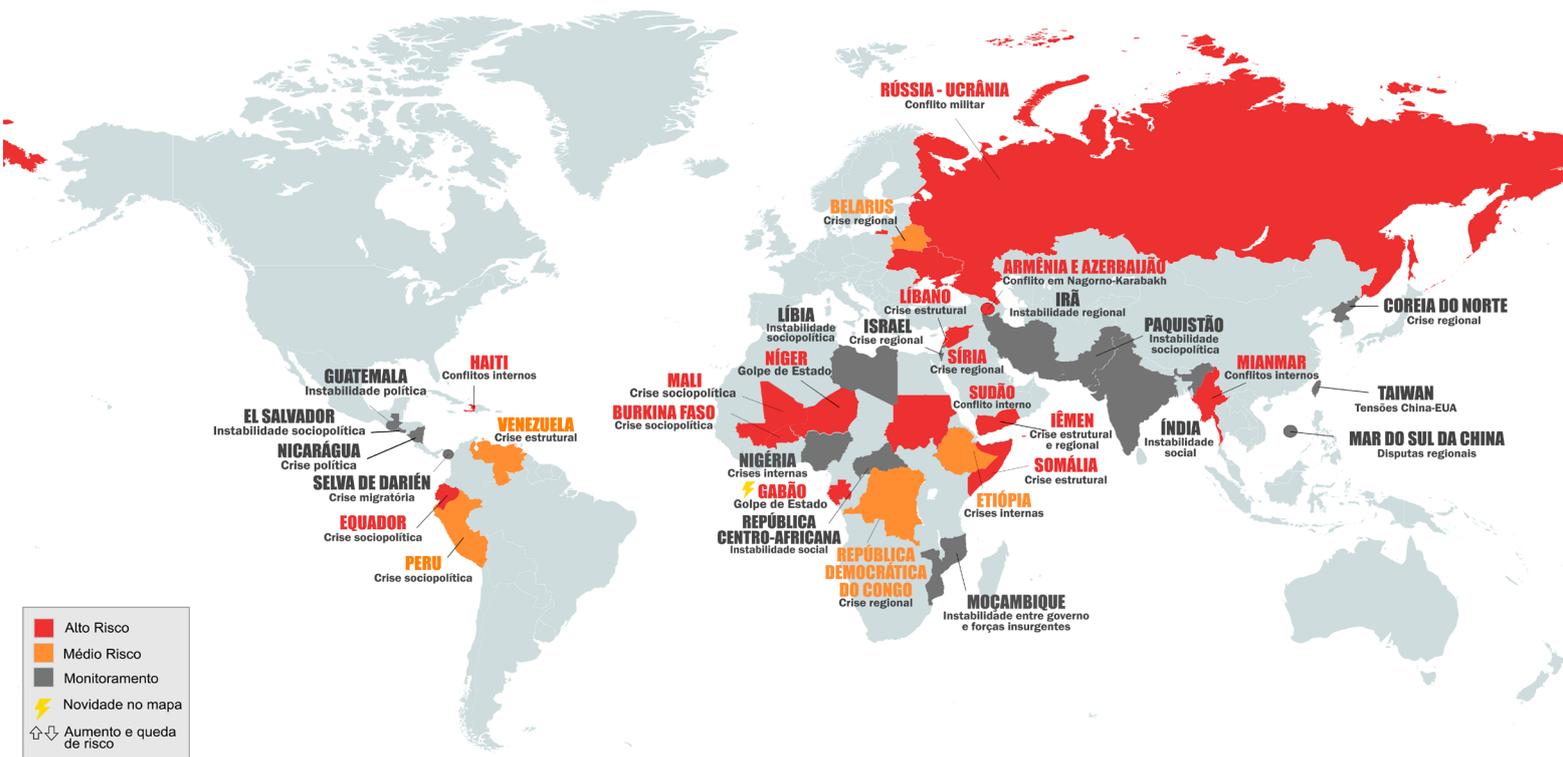


SUMÁRIO

<p>AMÉRICA DO SUL</p> <p>Os possíveis efeitos do projeto portuário Paraguai-Uruguai 5</p> <p>Drones iranianos na Bolívia..... 6</p> <p>ÁFRICA SUBSAARIANA</p> <p>A (in)segurança alimentar na África Ocidental frente a crise de financiamento 7</p> <p>Acordo bilateral de cooperação em pesca entre Mauritânia e Senegal 8</p> <p>EUROPA</p> <p>As expectativas do Acordo de Livre Comércio entre Reino Unido e Índia 9</p> <p>ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA</p> <p>Os novos acordos firmados pela Tunísia sobre a questão migratória..... 10</p> <p>RÚSSIA & Ex-URSS</p> <p>Encurtando distâncias: o petróleo russo atravessa o Ártico..... 11</p>	<p>LESTE ASIÁTICO</p> <p>Crise na política externa nipônica? O caso do descarte nuclear de Fukushima.. 12</p> <p>SUL DA ÁSIA</p> <p>Chandrayaan-3: o que a missão lunar significa para a Índia? 13</p> <p>SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA</p> <p>Filipinas poderá ganhar novo porto próximo a Taiwan 14</p> <p>ÁRTICO & ANTÁRTICA</p> <p>Argentina e China em busca de maior presença na Antártica 15</p> <p>TEMAS ESPECIAIS</p> <p>Cibersegurança marítima e Inteligência Artificial: possibilidades tecnológicas 16</p> <p>Artigos Selecionados & Notícias de Defesa..... 17</p> <p>Calendário Geocorrente..... 17</p> <p>Referências..... 18</p> <p>Mapa de Riscos..... 19</p>
--	--

PRINCIPAIS RISCOS GLOBAIS

Por: Luísa Barbosa



Created with mapchart.net

Para mais informações acerca dos critérios utilizados, acesse a página 19.

Os possíveis efeitos do projeto portuário Paraguai-Uruguai

Rafael Bandeira

Em agosto de 2023, o Presidente do Uruguai, Luis Lacalle Pou anunciou negociações entre autoridades uruguaias e paraguaias para a construção de um porto no Departamento de Soriano, no Uruguai, o qual poderá garantir aos paraguaios a saída para o mar, trazendo vantagens aos dois países sul-americanos. Desse modo, quais são os possíveis desdobramentos do projeto portuário Paraguai-Uruguai no âmbito do Mercosul?

Recentemente, tem-se percebido um descontentamento uruguaio com as decisões do Mercosul: Lacalle Pou fez críticas às políticas cambiais propostas pelo Bloco, alegando que o protecionismo seria um impeditivo para o livre comércio. Assim, o líder uruguaio pressionou as nações parceiras do Bloco ao declarar que negociaria de forma independente com a China caso não houvesse flexibilidade comercial no Mercosul ([Boletim 177](#)). No entanto, a construção do porto no Uruguai pode conter, em certo grau, o nível de descontentamento do presidente uruguaio, tendo em vista a possibilidade de expansão dos fluxos comerciais entre os dois países. Portanto, através do futuro projeto portuário, essa integração econômica poderia atenuar as discordâncias do Uruguai frente às decisões do Mercosul.

Além disso, fica evidente que o projeto impulsionará não somente o comércio exterior paraguaio, mas também

poderá colaborar para equacionar as divergências regionais. Espera-se que seja possível viabilizar o escoamento estratégico da produção a nível internacional, mantendo a balança comercial favorável e aumentando a autonomia nas relações internacionais pelo fortalecimento de países do Mercosul. Por outro lado, essas negociações podem reverberar nos conflitos recentes do Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná. Cabe frisar que o Brasil, a Bolívia, o Paraguai e o Uruguai estão pressionando a Argentina pela cobrança de pedágio da hidrovia, medida cuja implementação foi considerada arbitrária. A estruturação do projeto portuário pode ser mais um fator para combater indiretamente as medidas argentinas, pois o governo de Alberto Fernandez poderá interpretar o projeto como um desafio à sua soberania marítima, levando-o a extinguir ou, ao menos, diminuir as taxas aduaneiras.

Por conseguinte, observa-se que todos os efeitos da construção do porto Paraguai-Uruguai são possibilidades conjecturadas. As consequências práticas na política, geopolítica, economia e comércio exterior dependerão do curso da execução do projeto e de sua finalização, bem como das posturas adotadas pelos líderes que estarão à frente das negociações pelos próximos anos.



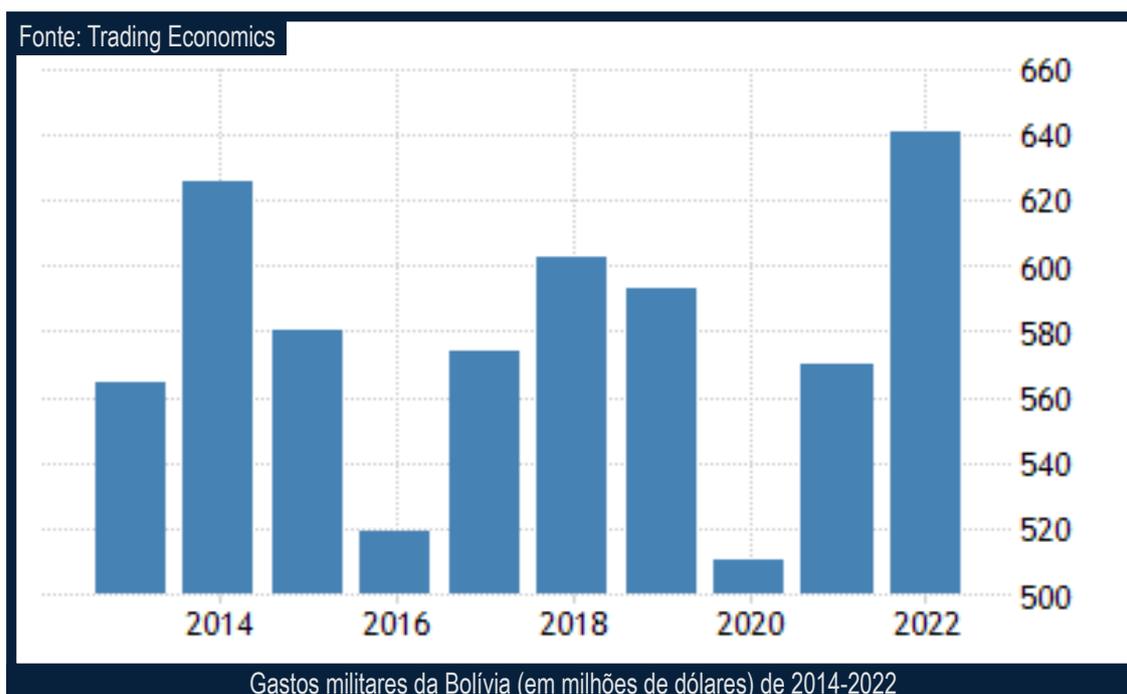
A Bolívia e os demais países sul-americanos são diretamente afetados pelo contrabando e narcotráfico. Ao longo dos anos, a instabilidade política e a falta de projetos efetivos de Segurança e Defesa possibilitaram a atuação de redes transnacionais de crime organizado. O Ministro da Defesa boliviano, Edmundo Novillo, confirmou, em julho de 2023, a assinatura de um memorando junto ao governo iraniano para a compra de *drones* e lanchas de patrulha. Sendo assim, quais os reflexos dessas futuras aquisições na política de Segurança e Defesa na região?

As relações entre Bolívia e Irã são pauta de debates internacionais desde 2006, quando os países assinaram acordos em áreas de produção alimentícia, saúde e intercâmbio tecnológico e cultural. O diferencial, neste momento, é uma possível relação no âmbito da Defesa. A partir de testes e aperfeiçoamentos tecnológicos feitos no conflito na Ucrânia, os *drones* iranianos se destacam ao serem utilizados pelas forças russas. A viagem de Novillo ao Irã em busca de um meio de vigilância fronteiriça e fluvial demonstra as intenções de La Paz em se desenvolver em termos tecnológicos e de segurança, além de estabelecer uma oportunidade de mercado aos iranianos. Ainda, o Ministro da Defesa boliviano reiterou a intenção de compra, mas pontuou que os *drones* não teriam capacidade de ataque, somente de vigilância,

apesar dos detalhes do acordo estarem sob sigilo, o que preocupa os Estados vizinhos.

Atores regionais, em especial a Argentina, veem com receio essa aproximação, já que Teerã abriga, segundo Buenos Aires, os responsáveis pelos atentados terroristas na capital argentina em 1992 e 1994. Entretanto, o país persa possui na Venezuela um forte aliado sul-americano, utilizando as tentativas dos países da região para a reintegração diplomática venezuelana como porta de entrada no continente (Boletim 185). Logo, autoridades argentinas temem que a aproximação entre Bolívia e Irã culmine na desestabilização da segurança internacional da região.

Portanto, a intenção de compra por parte de La Paz de *drones* e lanchas iranianos tem como finalidade o aumento de sua capacidade de vigilância, combate ao crime transnacional e controle fronteiriço. Outrossim, o intercâmbio tecnológico seria importante para o país sul-americano, elevando a capacitação de suas forças de segurança. Todavia, a aproximação com Teerã no âmbito de produtos de Defesa gera preocupação em países sul-americanos, que veem a possibilidade do aumento da instabilidade na segurança regional devido à proteção dos perpetradores dos ataques a Buenos Aires e da transferência de meios militares desestabilizadores, como *drones*, com possível capacidade ofensiva.



A (in)segurança alimentar na África Ocidental frente a crise de financiamento

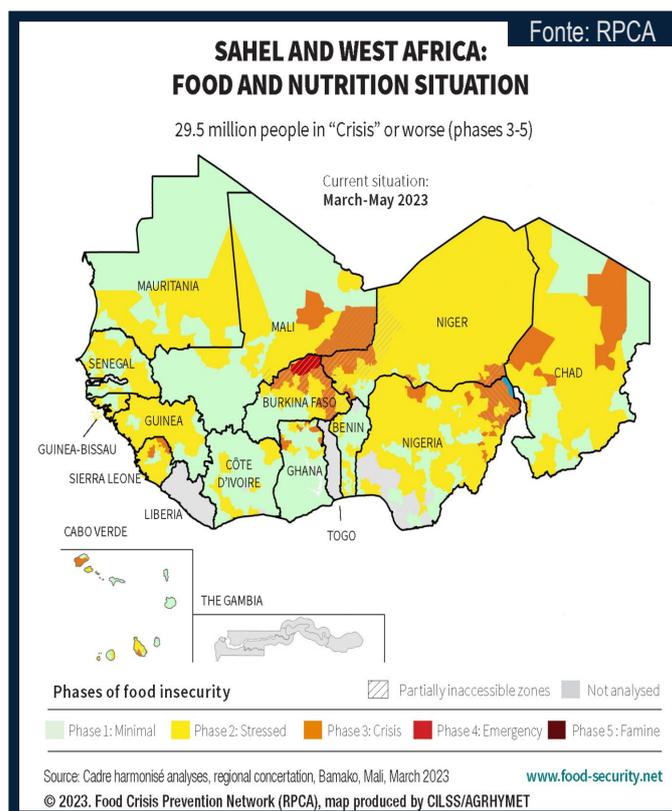
José Araujo

Em julho de 2023, o Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas (UNWFM, na sigla em inglês), responsável por melhorar a alimentação em conjunturas de vulnerabilidade, afirmou que cortaria os auxílios de Estados da África Ocidental devido a uma crise de financiamento. Segundo o *UN News*, essa decisão diminuirá de 11,6 milhões para 6,2 milhões o número de pessoas assistidas na região em meio a uma das maiores crises de fome nos últimos 10 anos, a qual é a causa de um número estimado de 48 milhões de pessoas em insegurança alimentar na África Central e Ocidental. Diante disso, quais são os outros possíveis desdobramentos dessa redução de financiamento à região?

Primeiramente, observa-se que o aumento da insegurança alimentar tende a influenciar a segurança pública, estabelecendo um ciclo: em uma situação de desabastecimento alimentar, a população tenderá a buscar meios mais radicais de subsistência, aumentando os índices de violência e, ao mesmo tempo, gerando o surgimento de um conflito, que por sua vez acarreta maior insegurança alimentar. Segundo as Nações Unidas, é previsto que a atual crise de segurança em Burkina Faso deixe 3,3 milhões de pessoas em situação de vulnerabilidade nutricional. Logo, a fragilização do apoio do Fundo poderá ressaltar ainda mais a relação entre a fome e os índices de violência.

Em segundo lugar, há o impacto da limitação assistencial nas rotas de refúgio via África Ocidental. Atualmente, o transbordamento das crises de segurança no Sahel tem provocado um aumento de refugiados em países do oeste africano; influência que, em 2023, impactou 11 dos 16 países da sub-região. Nos casos de Burkina Faso, Camarões, Guiné, Libéria, Mali, Senegal e Serra Leoa, o alto número de deslocados internos e refugiados agrava a insegurança alimentar. Esse cenário de inchaço populacional e vulnerabilidade levam a uma tendência para alteração de rotas de refúgio, especialmente por meio da diminuição da circulação nas rotas da África Ocidental devido a um aumento em sua periculosidade.

Portanto, observa-se que a crise de financiamento do UNWFM traz mais urgência na questão da segurança alimentar. Entretanto, a restauração da ajuda financeira do Fundo não resolve o problema: na África Ocidental, a insegurança só será atenuada a partir de planos de ação envolvendo auxílios financeiros, reformas estruturais e cooperação internacional. Por exemplo, em agosto de 2023, o Reino Unido consolidou uma parceria financeiro-tecnológica com a Nigéria em iniciativas contra a fome. Nessa conjuntura, o Brasil também poderia contribuir com projetos de cooperação e capacitação, dado o conhecimento agrícola de instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).



Acordo bilateral de cooperação em pesca entre Maurîtânia e Senegal

Carolina Vasconcelos

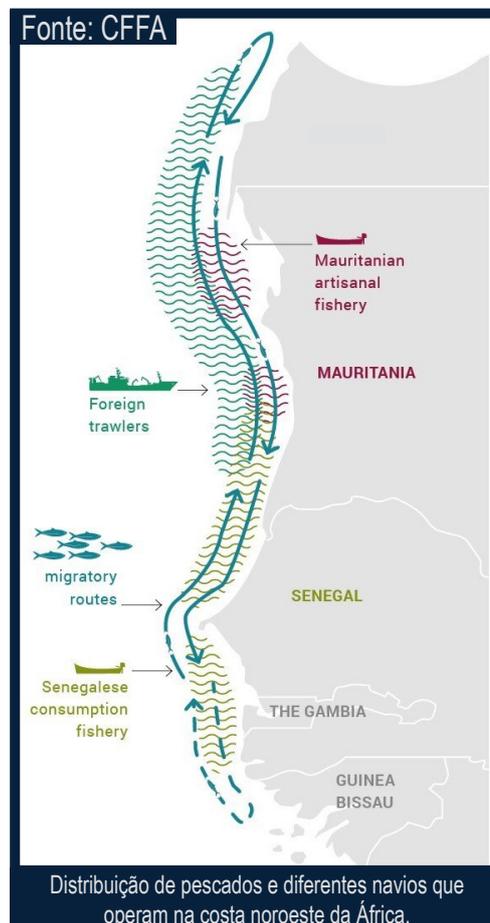
Mauritânia e Senegal, países de posição estratégica na costa da África Ocidental, estreitaram e reforçaram suas relações políticas e pesqueiras em julho de 2023, com a execução de um memorando de entendimento (MoU, na sigla em inglês). O mesmo refere-se à implementação de um acordo de cooperação bilateral nos setores de pesca e agricultura realizado em 2001. Assim, o acordo estabelecido recentemente pelos Ministros de Pesca e Economia Marítima mauritano e senegalês permite, em síntese, maior acesso à pesca por parte de Senegal e investimentos na piscicultura da Maurîtânia, durante um ano, com a possibilidade de renovação. Questiona-se, então, o que se altera na prática e na economia com a realização do MoU nos próximos meses.

Primeiramente, o Senegal possui um setor pesqueiro responsável por 3% de seu PIB, que emprega mais de 600.000 pessoas e, conseqüentemente, desempenha um papel estratégico em sua economia. Além disso, o pescado também é responsável por aproximadamente 70% da ingestão de proteína animal pela população senegalesa, com o consumo per capita podendo atingir 29 kg por ano. Mesmo assim, há um déficit anual de cerca de 150.000 toneladas de produtos pesqueiros, especialmente pela prática da pesca ilegal, não declarada e não regulamentada realizada por embarcações estrangeiras. Com o MoU, é permitido aos pescadores artesanais senegaleses capturar

até 50.000 toneladas de peixes pelágicos dentro do mar territorial mauritano. Foi autorizada também a navegação de no máximo 500 barcos do Senegal nas águas do país vizinho, desde que 6% desses abasteçam o mercado da Maurîtânia com peixes.

Por outro lado, a Maurîtânia, como principal fornecedora de produtos pesqueiros ao Senegal, obtém cerca de um terço de sua receita por meio da exportação da pesca, indústria que possui um papel importante para sua economia. Em uma perspectiva de sustentabilidade e reposição de estoques pesqueiros, em troca do acesso ao seu mar territorial, o Senegal oferece às águas da Maurîtânia alevinos para repovoamento, visando aumentar a quantidade de peixes na região. Além disso, Dacar se comprometeu a contribuir com a piscicultura mauritana, visando aprimorar a capacidade técnica da indústria pesqueira.

Observa-se que o acordo visa aprimorar a economia marítima de ambos os países por meio da cooperação na indústria pesqueira, levando em consideração as demandas e condições específicas de cada um. Por fim, mesmo se tratando de um acordo recente, conjectura-se que as atividades poderão alavancar o setor da pesca nos próximos meses, contribuindo para a economia do mar, sustentabilidade e segurança alimentar das partes.



DOI 10.21544/2446-7014.n190.p08.

As expectativas do Acordo de Livre Comércio entre Reino Unido e Índia

Maria Fernanda Császár e Millene Santos

Em 2022, o Reino Unido e a Índia iniciaram negociações para um Acordo de Livre Comércio. Quase um ano após a data prevista para a formalização, as partes continuam costurando uma parceria comercial, que promete trazer ganhos político-econômicos para ambos. O resultado do acordo Reino Unido-Índia deve ter implicações não apenas nas relações bilaterais, mas também na dinâmica geopolítica da Ásia. Apesar do atraso nessas movimentações, quais são os possíveis objetivos e impactos envolvidos no acordo?

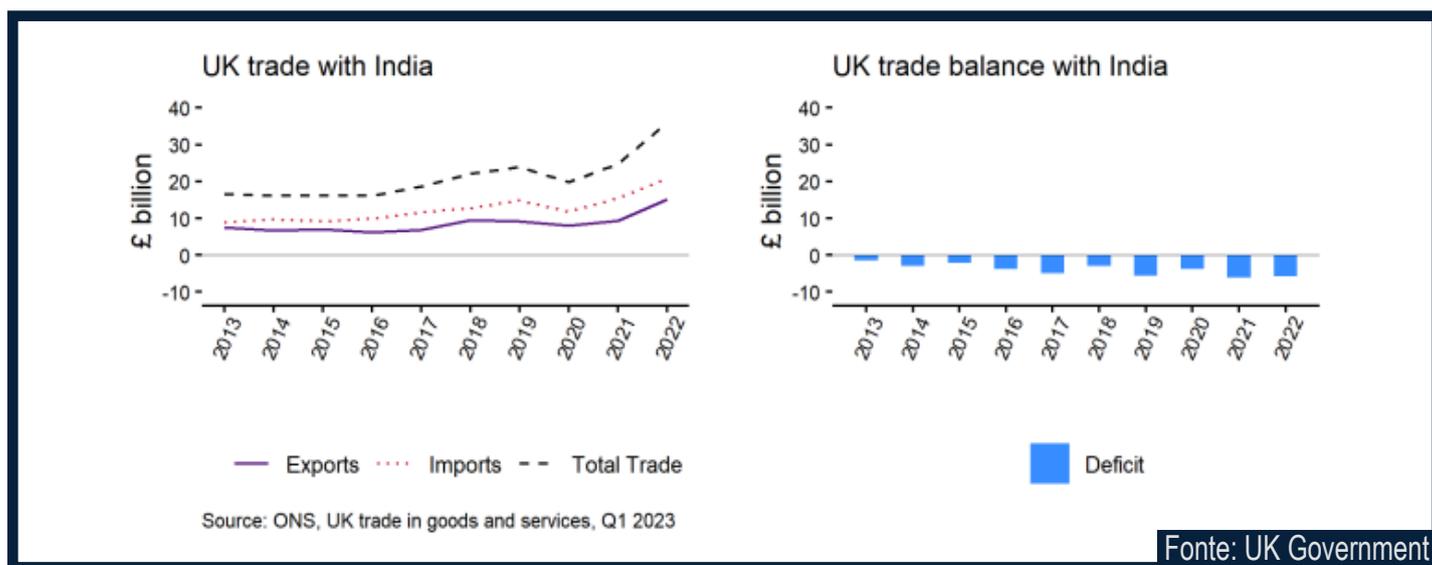
O comércio entre Reino Unido e Índia emergiu como um elemento significativo para a política externa dessas nações, especialmente após o *Brexit*. Assim, para Londres, o desenvolvimento deste acordo representa uma tentativa de diversificar suas relações comerciais em meio às barreiras que se ergueram após a saída do país da União Europeia, em 2020. Nesse sentido, há também uma ambição britânica em reduzir as tarifas sobre seus produtos na Índia, visando aumentar a competitividade das empresas britânicas em mercados globais. Em termos de impacto comercial, observa-se uma oportunidade de ampliar as relações entre os países em US\$ 34,9 bilhões ao ano até 2035. Vale ressaltar que, adicionalmente, há um componente geopolítico: o Reino Unido parece buscar retomar sua relevância na região, aproximando-se

de um dos mais importantes atores regionais na Ásia.

Para Nova Déli, o acordo tem implicações além das comerciais. Desde 2014, a Índia tem como uma de suas prioridades o estabelecimento de um setor industrial robusto e autossuficiente. Através da iniciativa *Make in India*, o governo indiano tem reforçado e protegido sua indústria nacional, tendo aplicado uma série de impostos sobre bens e serviços externos, além de um pacote extenso de investimentos. Diante disso, compreende-se que a entrada de bens industriais britânicos pode ser uma ameaça para os interesses estratégicos da potência asiática e que este fator contribuiu para as longas negociações.

Discussões migratórias também emergem nesse contexto, colocando o Reino Unido em um dilema: de um lado, há pressões internas para manter suas políticas de redução do saldo migratório; do outro, há o interesse indiano em obter acesso facilitado a vistos para seus cidadãos e em simplificar transferências intrapresariais e repatriação de pensões.

Em suma, o Acordo de Livre Comércio Reino Unido-Índia reflete a possibilidade de se desenvolver uma parceria de grande relevância para a política externa britânica. Nova Déli, apesar de cautelosa, também reconhece a importância de formalizar a aliança.



Os novos acordos firmados pela Tunísia sobre a questão migratória

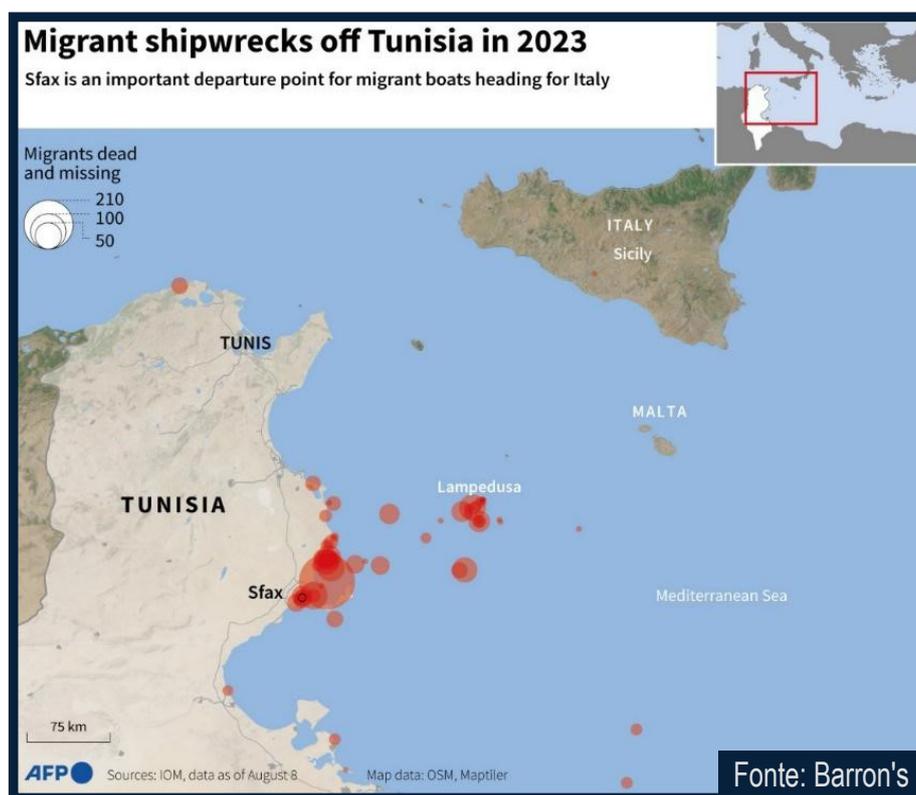
Melissa Rossi e Vitória França

Desde o início de 2023, milhares de migrantes da África Subsaariana e do Oriente Médio tentam chegar à União Europeia (UE) através da rota no Mediterrâneo Central, a partir da Tunísia. No último dia 09 de agosto, dezenas de pessoas pereceram em um naufrágio próximo à ilha italiana de Lampedusa após partirem da cidade tunisiana de Sfax, a somente 80 milhas da ilha. Já no dia seguinte, autoridades tunisianas foram forçadas a voltar atrás após terem abandonado milhares de migrantes no deserto de Ras Jedir, na fronteira com a Líbia. Em um contexto de aumento migratório e crise econômica interna, a Tunísia formalizou acordos com a UE e com a Líbia para lidar com a situação. Como tais acordos afetam o cenário migratório regional?

Segundo dados da *Frontex*, o Mediterrâneo Central tem se tornado, novamente, a rota mais ativa para a UE, sendo responsável por metade das travessias irregulares durante o primeiro semestre deste ano. A Tunísia foi ponto de partida de 45.000 pessoas nesse mesmo período. Em paralelo a esse aumento, o Presidente Kais Saied tem se posicionado de maneira combativa. Como medida de repressão, por exemplo, os serviços de segurança abandonaram centenas de migrantes no deserto de Ras Jedir, na fronteira com a Líbia.

Em meio a essas tensões ([Boletim 182](#)), a Tunísia e a UE haviam firmado no dia 16 de julho um memorando de entendimento, que prevê um pacote de ajuda econômica tendo a questão migratória como um importante pilar, com aproximadamente US\$ 112,5 milhões destinados ao controle da migração. Além de focar no aumento do patrulhamento das águas tunisianas com investimentos na Guarda Costeira, o pacote também prevê financiamento para a repatriação de imigrantes irregulares da Tunísia, o que pode violar o direito internacional de *non-refoulement*. Semanas após o acordo com a UE, Túnis também firmou parceria com Trípoli, prevendo o compartilhamento da responsabilidade sobre os migrantes abandonados ao longo da fronteira, antes apenas encargo tunisiano.

Assim, pode-se concluir que o auxílio europeu pode causar uma diminuição da chegada de migrantes a curto prazo, sem se preocupar com a causa desses fluxos, mas, ao mesmo tempo, dá uma vantagem persuasiva ao governo tunisiano, uma vez que pode utilizar da migração para conseguir mais apoio financeiro. Já com a divisão de responsabilidades com a Líbia, o fator migratório pode ganhar caráter de segurança mais abrangente, tirando do país o compromisso exclusivo de supervisionar os fluxos migratórios.



DOI 10.21544/2446-7014.n189.p10.

Encurtando distâncias: o petróleo russo atravessa o Ártico

Luiza G. Guitarrari

A Rússia era, até o final de 2021, o maior exportador de fontes fósseis do mundo. No entanto, o conflito em curso na Ucrânia impactou o mercado global de energia e, por consequência, suas principais rotas de distribuição, sobretudo de petróleo. Novas dinâmicas foram deflagradas no contexto da comercialização do óleo, a exemplo da Europa, que dependia de 25% do recurso russo, e da Ásia, que emergiu como principal importador. Apesar das sanções ao hidrocarboneto russo, Moscou reorientou suas exportações a preços abaixo do teto de gastos do G7 (US\$ 60/barril). As novas dinâmicas estimulam igualmente o escoamento do produto para a China, principalmente pelo Ártico. Considerando o período de navegabilidade da rota ártica entre julho e novembro, como a Rússia pode fomentar suas exportações?

No primeiro semestre de 2023, as exportações russas para a China atingiram em média 8,06 MMbbl/d (milhões de barris por dia). Assim, a Rússia ultrapassou a Arábia Saudita, tornando-se o seu principal fornecedor de petróleo. O aumento das exportações a Leste também pode ser atribuído ao escoamento do hidrocarboneto através da Rota do Mar Norte (NSR, em inglês). Em relação à rota do Canal de Suez, a NSR consegue encurtar a distância dos navios-tanque a partir dos terminais no Mar Báltico

em 30% e em mais de 40% das remessas provenientes de Murmansk. Todavia, condições climáticas desfavoráveis podem afetar o tempo de navegação na NSR e aumentar os custos de abastecimento dos petroleiros, os quais precisam ser acompanhados por navios quebra-gelo.

A NSR é uma das prioridades estratégicas russas desde os anos 2000, e o país possui em operação três quebra-gelos e um porta-contêineres movidos a propulsão nuclear capazes de auxiliar na navegabilidade dos navios-tanque. Desse modo, em julho desembarcaram dos terminais de *Primorsk* e *Ust-Luga*, o *Aframax NS Arctic* e *Primorsky Prospect*, com volume total estimado em 2,19 MMbbl. Em meados de agosto, os navios fundearam no Porto de Rizhao, na costa chinesa. No mesmo período, foram anunciados mais carregamentos de petróleo bruto, com destaque ao *Aframax Scf Baltica* e *Korolev Prospect*, com 750 mil barris cada. Ao todo, as remessas podem ultrapassar 3,7 MMbbl.

Portanto, a exportação de petróleo russo pela NSR fornece novos volumes para a China em um período menor, além de estimular o comércio no Oceano Ártico, cumprindo com a estratégia russa para a região. Por fim, a rota também fomenta a indústria naval do país e sua frota de quebra-gelos.



DOI 10.21544/2446-7014.n190.p11.

Crise na política externa nipônica? O caso do descarte nuclear de Fukushima

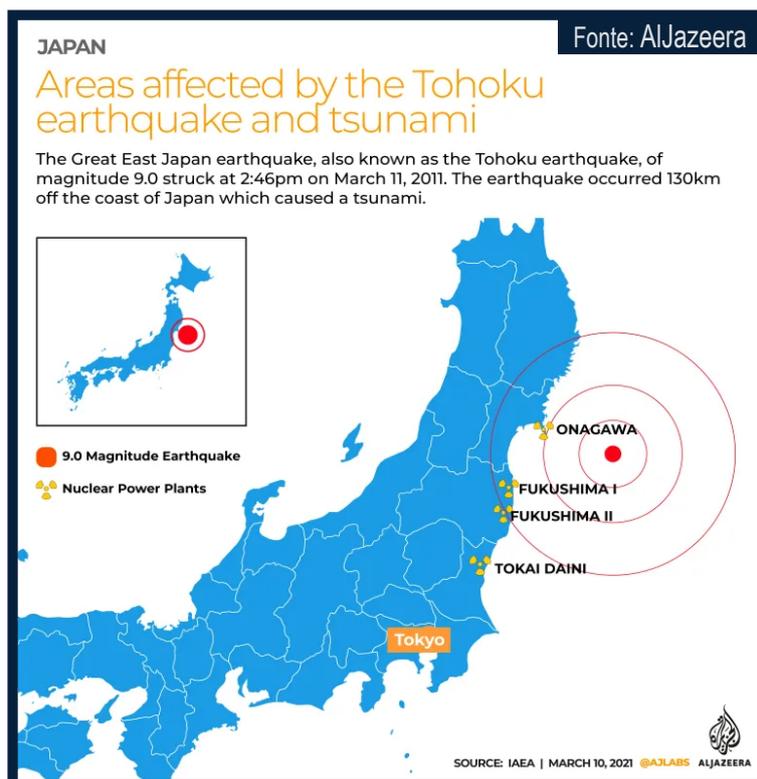
Thomas Dias Placido

Após o desastre nuclear de 2011 em Fukushima, resultado do terremoto de Tohoku e o subsequente tsunami, o Japão passou por momentos turbulentos em sua política internacional. O governo foi criticado pela falta de transparência, principalmente em relação à gravidade do desastre. Em 2021, o governo nipônico, junto à *Tokyo Electric Power Company* (TEPCO), aprovou o plano extraordinário para descartar a água usada no resfriamento dos núcleos derretidos dos reatores e, no último dia 24 de agosto, foi aprovado seu despejo no Oceano Pacífico. Assim, o presente artigo busca analisar como essa decisão pode estabelecer um precedente internacional perigoso para a imagem japonesa e acirrar tensões geopolíticas.

A magnitude do impacto em Fukushima é evidenciada pelo armazenamento de aproximadamente 1,3 milhão de toneladas de água radioativa. Conforme diretrizes propostas pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) em 2013, a diluição e descarte desses resíduos radioativos foi considerada uma opção viável, embora a mesma não tenha endossado o plano. Segundo análises técnicas da TEPCO, através do processo de filtragem APLS, o tratamento proposto neutraliza todos os radionuclídeos, com exceção do trítio e carbono-14. Alguns defendem que estes possam ser diluídos em concentrações seguras e liberados gradualmente no Oceano Pacífico ao longo de 30 anos. Entretanto, nota-

se que os resíduos não equivalem ao descarte regular na região da Ásia-Pacífico, pois a água entrou em contato direto com o núcleo exposto dos reatores, e estudos precisos sobre sua bioacumulação numa das maiores correntes marítimas globais, Kuroshio, não foram apresentados pelas autoridades japonesas.

Primeiramente, há de se considerar que a dimensão ambiental causou enormes dificuldades socioeconômicas para a região. Segundo dados de 2021, o setor pesqueiro regional só recuperou 20% de seu nível anterior ao desastre, e as comunidades acusam o governo e a TEPCO de decidirem unilateralmente sobre o descarte, sem consultas ou explicações aprofundadas. A situação também possui um transbordamento político; os vizinhos sul-coreanos, chineses e os países do *Pacific Islands Forum* denunciam a falta de transparência nas decisões, apenas aumentando desconfiças sobre a imagem da TEPCO e sua má-gestão do desastre. Destaca-se que a China impôs um embargo total aos produtos marítimos do Japão e, portanto, espera-se que a questão do descarte residual seja estrategicamente mobilizada para atender às necessidades geopolíticas, e usado como artífice político no Leste Asiático. Assim, o descaso governamental e a relativa omissão da AIEA atuam na deslegitimação da opinião pública doméstica e internacional, oferecendo riscos a curto e longo prazos para a imagem internacional nipônica.



DOI 10.21544/2446-7014.n190.p12.

Chandrayaan-3: o que a missão lunar significa para a Índia?

Renan Guimarães Canellas de Oliveira

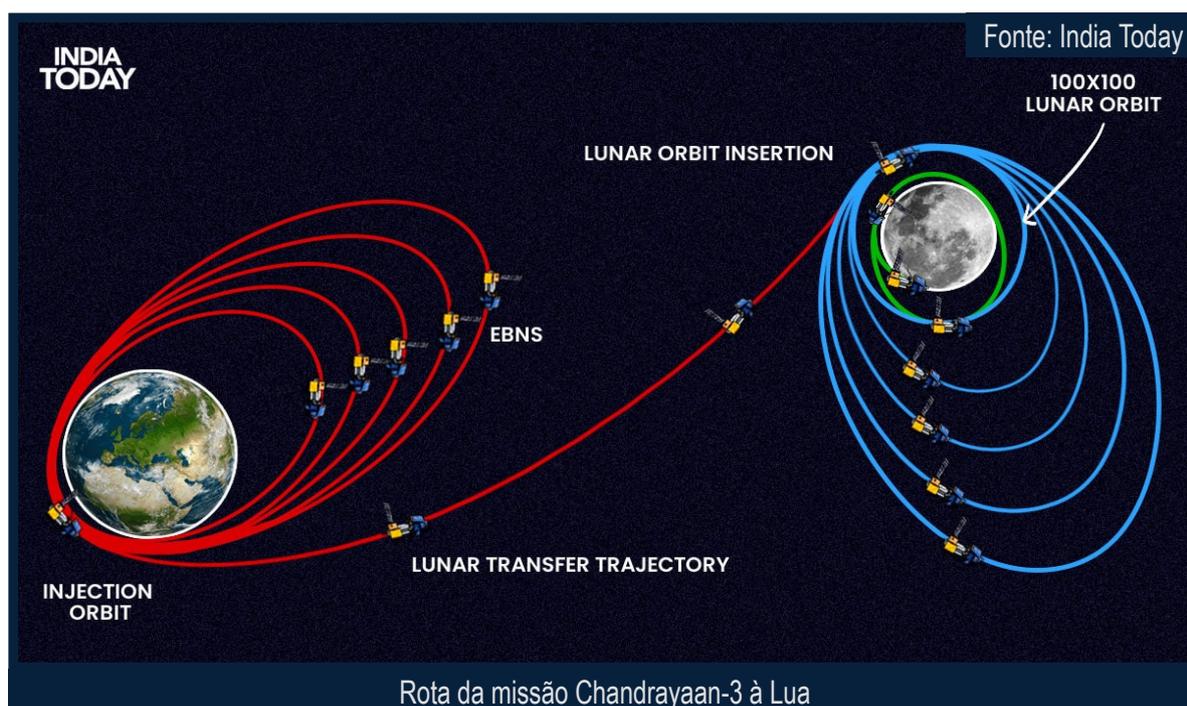
Em julho deste ano, a Índia lançou sua missão lunar, denominada de *Chandrayaan-3* (veículo lunar-3, em sânscrito). A espaçonave pousou com segurança na superfície lunar em 23 de agosto, garantindo ao país o status de potência espacial, sendo a quarta nação a pousar no satélite natural – após Estados Unidos, Rússia e China –, e o primeiro a alcançar o polo sul lunar. Nesse sentido, cabe questionar o que de fato essa missão significa para a Índia.

Primeiramente, é importante traçar um breve histórico do programa espacial indiano, indicando alguns de seus feitos. Em 2014, a Índia foi a primeira nação asiática a atingir Marte, ao inserir a sonda *Mangalyaan* em órbita ao redor do planeta. Já em 2017, protagonizou outro feito notável ao lançar um recorde de 104 satélites em uma única missão. Paralelamente, a Organização de Pesquisa Espacial da Índia (ISRO, em inglês), divulgou a ambição de estabelecer uma estação espacial autônoma até 2030. Atualmente, alternativas para abrigar tripulações em expedições espaciais limitam-se à Estação Espacial Internacional, projeto colaborativo entre diversas nações, e à Estação Espacial chinesa Tiangong. Para avançar a agenda espacial de Nova Délí, o objetivo de *Chandrayaan-3* é coletar dados e realizar uma série de experimentos científicos para aprender mais sobre a composição da Lua. A ISRO já confirmou a presença

de alumínio, cálcio, ferro, cromo e titânio na superfície lunar, com medidas adicionais indicando a presença de manganês, silício e oxigênio.

No contexto geopolítico, a missão reverbera um forte sinal de competência tecnológica e ambição estratégica, consolidando o país como um importante ator na corrida espacial. À medida que a Índia busca consolidar parcerias com outras nações interessadas na exploração espacial, abre-se um horizonte de colaborações multifacetadas, incluindo cooperação científica, tecnológica e econômica, fruto de um forte investimento em desenvolvimento e inovação em tecnologia espacial. Isso pode ser exemplificado pela última visita do Primeiro-Ministro indiano Narendra Modi a Washington, durante a qual a Casa Branca informou que os líderes das duas nações buscavam maior colaboração na economia espacial.

Em suma, a *Chandrayaan-3* representa uma etapa crucial na jornada indiana rumo ao espaço e à sua ascensão como potência espacial global. Como o Primeiro-Ministro Narendra Modi afirmou, “é um grito de vitória de uma nova Índia”. O sucesso da missão pode catalisar uma nova era de inovação, colaboração internacional e influência geopolítica, deixando um legado duradouro não apenas para Nova Délí, mas para a exploração espacial como um todo.



Filipinas poderá ganhar novo porto próximo a Taiwan

Matheus Bruno Ferreira Alves Pereira

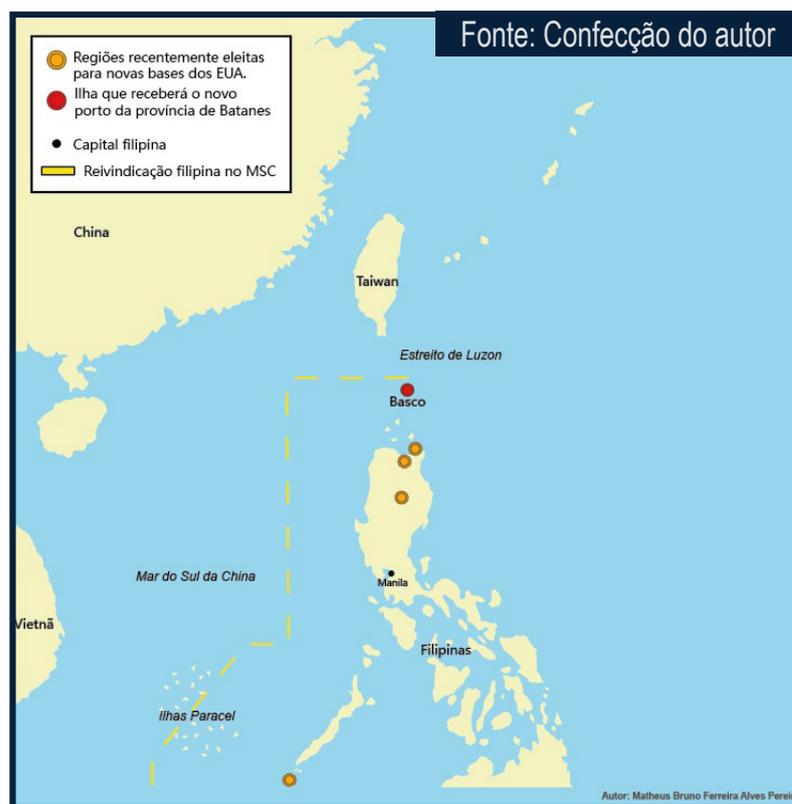
As Filipinas e os Estados Unidos estão em fase de negociação para a construção de um porto na ilha filipina de Basco, na região da província das Ilhas Batanes. Segundo a governadora da província, a busca de apoio financeiro veio para a construção de um porto alternativo ao já existente, que sofre com fortes ondas. Entretanto, fontes ouvidas pela *Reuters* afirmaram que militares estadunidenses estiveram presentes no local. A construção do porto no estreito de Luzon é de interesse de ambos os países, e é importante observar as possíveis implicações dessa estrutura para a conjuntura regional.

O novo porto estará localizado a apenas 200 Km de Taiwan. A região do estreito de Luzon é um importante *chokepoint*, sendo utilizado como via de acesso entre o Pacífico e o Mar do Sul da China. A passagem de navios, bem como de aeronaves chinesas, é um fato corriqueiro, mostrando não só sua utilização por parte da China, mas também seu interesse em salvaguardar a garantia de passagem. Diante disso, a construção de infraestruturas na região é abordada com cautela, pois os países envolvidos reconhecem a capacidade de tornar estruturas originalmente de uso civil, como portos, em pontos de apoio militar

O anúncio do novo porto vem pouco tempo após a declaração de Washington e Manila sobre a expansão do

Acordo de Aprimoramento de Cooperação em Defesa (EDCA, na sigla em inglês), que acrescentará quatro novas bases estadunidenses nas Filipinas – três delas na parte norte do arquipélago, próximo ao estreito, e a outra voltada para o Mar do Sul da China ([Boletim 180](#)). Sob a perspectiva filipina, além de um financiamento para a construção de uma instalação dessa proporção poderá ocorrer o aumento da capacidade de monitoramento da região, a qual o país já vem buscando por meio de sua Guarda Costeira ([Boletim 163](#)). Sob a perspectiva dos EUA, a existência de um aliado próximo a Taiwan possibilitaria uma rápida resposta estadunidense sobre a ilha em caso de uma invasão de Pequim.

Portanto, a construção de um novo porto na província de Batanes poderá colaborar para a intenção estadunidense de contenção chinesa frente a ameaças sobre o seu aliado na região – Taiwan –, garantindo um ponto de apoio logístico estratégico. As Filipinas, por sua vez, além de garantir a construção de uma infraestrutura importante de uso civil, também poderão expandir a capacidade de vigilância em sua área reivindicada, seja por meio de navios da Marinha ou da Guarda Costeira, incluindo a viabilidade da instalação de radares no local.



Argentina e China em busca de maior presença na Antártica

Gabriele Hernandez

Em agosto de 2023, as eleições primárias argentinas deram vitória ao candidato Javier Milei, que prometeu congelar as relações com a China, importante parceiro comercial nacional. Além de ser um dos maiores importadores argentinos, Pequim tem interesses muito específicos no sul do país, vendo a Argentina como porta de entrada para suas estações antárticas na região.

No início do século XX, Argentina, Chile e Reino Unido se viram disputando a mesma porção do continente antártico. À época, embora o Reino Unido ainda fosse o império mais poderoso do mundo, as duas Guerras Mundiais, a perda de espaço para os Estados Unidos, a reestruturação de suas colônias e a própria dependência da carne argentina foram fatores que frearam a soberania britânica na região e levaram à assinatura do Tratado da Antártica. Assim, Buenos Aires se consolidou em definitivo como um dos atores com maior presença na Antártica, especialmente graças a sua proximidade geográfica.

Os três Estados dispõem de cidades portuárias antárticas e investem cada vez mais em logística, emprestando a área para parceiros estratégicos que desejam acessar o sexto continente. A China, embora seja o país que mais investiu no local na última década, não dispõe de portões de entrada que garantam apoio

ao transporte regional, sendo refém da cooperação internacional. No entanto, a disputa tripartite é a oportunidade perfeita para o aporte chinês no sul argentino mediante as inúmeras crises econômicas que Buenos Aires enfrenta, como foi o caso do acordo entre o governo da Terra do Fogo e uma estatal chinesa para instalação de um porto na cidade de Rio Grande. A implantação garantiria com mais facilidade não só o acesso de Pequim à Antártica, mas também ao Atlântico Sul, e complementaria seu programa de telecomunicações, acusado internacionalmente de ser uma ferramenta de espionagem.

A Antártica ganhou importância para a China no governo do Presidente Xi Jinping como parte da Iniciativa Cinturão e Rota, objetivando a construção de sua quinta estação de pesquisa, o desenvolvimento de sua infraestrutura de telecomunicações e seu programa espacial. Além da localização estratégica, o fato de ser a maior reserva de água doce do mundo e conter vastas reservas de petróleo, gás natural e outros minerais são fatores que fazem do continente uma região relevante para Pequim. Com os investimentos chilenos e britânicos em seus respectivos portos, a China pode ser a chance de a Argentina virar o jogo e disparar à frente como potência antártica. O custo, no entanto, é sua própria autonomia.



Cibersegurança marítima e Inteligência Artificial: possibilidades tecnológicas*Raquel Spiri*

As últimas décadas foram marcadas pela crescente digitalização no setor marítimo, e diversos processos tornaram-se dependentes do uso de novas tecnologias e conexões em rede. Na mesma proporção em que a tecnologia se sofisticou, automações ligadas à Inteligência Artificial (IA) também se aperfeiçoaram e, apesar da comodidade que a digitalização do comércio marítimo trouxe, essa onipresença tecnológica necessita cautela e manutenção regulares. Dessa maneira, questiona-se como a Inteligência Artificial poderia contribuir com a cibersegurança marítima.

De acordo com a Organização Marítima Internacional (IMO, sigla em inglês) em relatório recente, algumas das principais vulnerabilidades a bordo estão nos sistemas: de comunicação; de bem-estar da tripulação; de controle de acesso; de movimentação e gerenciamento de carga; de gerenciamento de propulsão e máquinas e controle de potência; além de outros sistemas que envolvem o gerenciamento de passageiros.

Sabe-se que a IA já é realidade em muitos sistemas marítimos, pois a IMO introduziu os programas de Consciência Abrangente do Domínio Marítimo (MDA, sigla em inglês), que visa detectar problemas e ameaças marítimas e desenvolver soluções. A Inteligência Artificial atua como a principal ferramenta para a MDA recolher informações e utilizá-las para aplicação da lei e governança marítima. Entretanto, seria possível

argumentar que a Inteligência Artificial também poderia ampliar sua área de atuação na cibersegurança marítima, contemplando também os problemas acima listados e identificados pela IMO.

Entre algumas das tarefas que a IA pode exercer visando à cibersegurança marítima, destacam-se: a segurança de redes de comunicações, a identificação de ameaças cibernéticas e o treinamento de pessoal. Entende-se que a segurança de redes de comunicações diz respeito ao monitoramento e possibilidade de resposta em tempo real no caso de ameaças. A identificação de ameaças cibernéticas, por sua vez, relata atividades suspeitas nos sistemas de controle de navios e infraestruturas portuárias, atuando na prevenção de ciberataques. Por fim, o treinamento de pessoal, uma das mais importantes contribuições da IA, pode ser feito através de simulações e práticas de procedimentos de segurança.

A economia mundial é fortemente dependente do transporte marítimo, uma vez que a maior parte do comércio internacional é realizada por esse meio. Logo, as vulnerabilidades devem ser tratadas com cautela, e mesmo o uso da Inteligência Artificial deve ser feito considerando suas limitações para a segurança marítima. Ainda assim, estratégias que fazem uso de novas tecnologias podem ser consideradas – e implementadas – no combate constante às vulnerabilidades cibernéticas no mar.

DOI 10.21544/2446-7014.n190.p16.

- ▶ [Deep sea mining: A necessary industry or too much risk?](#)
NATURAL HISTORY MUSEUM, Josh Davis
- ▶ [Modest Beginnings for U.S.-China Reconciliation](#)
GEOPOLITICAL FUTURES, Victoria Herczegh
- ▶ [Side-Stepping Turkey: Using Minesweepers to Increase Allied Presence in the Black Sea](#)
WAR ON THE ROCKS, Aaron Stein
- ▶ [After the Beijing Consensus](#)
PROJECT SYNDICATE, Antara Haldar
- ▶ [Leaders at the G20 Summit Will Struggle to Reach Consensus](#)
COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS, Michael Froman

CALENDÁRIO GEOCORRENTE

Clique nas caixas para acessar os links referentes:

Por: Maria Fernanda Császár e Taynah Pires

SETEMBRO

Principais eventos de 14 a 30 de Setembro

15-16



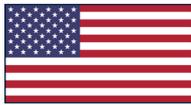
CUBA
CÚPULA G-77 E CHINA

18-25



INDONÉSIA
EXERCÍCIO MILITAR DA ASEAN

18-19



EUA
REUNIÃO DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE 2023

19



BÉLGICA
CONSELHO DOS ASSUNTOS GERAIS DO CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA

19-20



EUA
REUNIÃO DO FEDERAL RESERVE

19-23



EUA
78ª ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

25-29



ÁUSTRIA
67ª CONFERÊNCIA GERAL DA AIE

28



FRANÇA
REUNIÃO DA AIE PARA MINERAIS CRÍTICOS E ENERGIA LIMPA

- **Os possíveis efeitos do projeto portuário Paraguai-Uruguai**
[Paraguay encamina construcción de un puerto en Uruguay para tener salida al mar](#). Última Hora, 27 ago. 2023. Acesso em: 07 set. 2023.
 NIEBIESKIKWIAT, Natasha. [Los 4 países que comparten la Hidrovia reclamaron ante un comité regional que Argentina suspenda el cobro de peaje](#). Clarín, 01 set. 2023. Acesso em: 07 set. 2023.
- **Drones iranianos na Bolívia**
[El ministro de Defensa de Bolivia confirma el interés en obtener RPAS iraníes para control de fronteras](#). Defensa, 28 jul. 2023. Acesso em: 03 ago. 2023.
[Bolivia-Irán: preocupante convenio](#). La Nación, 30 jul. 2023. Acesso em: 03 ago. 2023.
- **A (in)segurança alimentar na África Ocidental frente a crise de financiamento**
[WFP funding crisis leaves millions stranded without aid in West Africa](#). UN News, 05 jul. 2023. Acesso em: 19 ago. 2023.
[Prevent, Prepare and Respond to the Spill Over of the Sahel Crisis in the Gulf of Guinea \(Benin, Togo, Ghana and Cote d'Ivoire\) - June 2023](#). WFP, 27 jun. 2023. Acesso em: 19 ago. 2023.
- **Acordo bilateral de cooperação em pesca entre Mauritânia e Senegal**
[Forging Fisheries Partnerships: Mauritania-Senegal and Morocco Drive Regional Cooperation and Growth](#). The Farmer's Journal Africa, 01 ago. 2023. Acesso em: 01 set. 2023.
[Senegal: Mauritania authorizes the capture of 50,000 tonnes of fish in its maritime waters](#). Blue Life Hub, 04 ago. 2023. Acesso em: 01 set. 2023.
- **As expectativas do Acordo de Livre Comércio Reino Unido-Índia**
 CANTON, Naomi. [UK-India trade deal: India says not more visas but easier intra-company transfers & portable pensions](#). Times of India, 08 set. 2023. Acesso em: 08 set. 2023.
 MORRIS, Chris. [UK and India launch trade talks 'worth billions'](#). BBC News, 13 jan. 2022. Acesso em: 07 set. 2023.
- **Os novos acordos firmados pela Tunísia sobre a questão migratória**
[EU External Partners: EU's Dodgy Deal with Tunisia Sparks Outcry Amid Continued Crack-down Against Sub-Saharan Migrants by the Regime](#). European Council on Refugees and Exiles, 26 jul. 2023. Acesso em: 04 set. 2023.
[Central Mediterranean top migratory route into the EU in first half of 2023](#). FRONTEX, 14 jul. 2023. Acesso em: 04 set. 2023.
- **Encurtando distâncias: o petróleo russo atravessa o Ártico**
 HAYLEY, Andrews. [Russia remains China's top crude supplier in July despite narrower discounts](#). Reuters, 20 ago. 2023. Acesso em: 05 set. 2023.
 HUMPERT, Malte. [Russian Crude Oil now flowing to China via Arctic Ocean](#). High North News, 03 ago. 2023. Acesso em: 05 set. 2023.
- **Crise na política externa nipônica? O caso do descarte nuclear de Fukushima**
 POLLERI, Maxime. [The Release of Fukushima Wastewater Will Symbolically Hurt Japan – The Diplomat](#). The Diplomat, 25 ago. 2023. Acesso em: 04 set. 2023.
 BROWN, Azby. [Just Like That, Tons of Radioactive Waste Is Heading for the Ocean](#). The New York Times, 22 ago. 2023. Acesso em: 05 set. 2023.
- **Chandrayaan-3: o que a missão lunar significa para a Índia?**
 MOGUL, R.; FAROOQUI, S.; SURI, M. [India launches historic Chandrayaan-3 mission to land spacecraft on the moon](#). CNN, 14 jul. 2023. Acesso em: 3 ago. 2023.
[India's Chandrayaan-3 rover confirms sulphur on moon's south pole](#). Al Jazeera, 30 ago. 2023. Acesso em: 6 set. 2023.
- **Filipinas poderá ganhar novo porto próximo a Taiwan**
 LEMA, Karen; MCPHERSON, Poppy. [Exclusive: U.S military in talks to develop port in Philippines facing Taiwan | Reuters](#). Reuters, 30 ago. 2023. Acesso em: 08 set. 2023.
 SABALLA, Joe. [US Military Eyes Taiwan-Facing Port in Philippines](#). The Defense Post, 31 ago. 2023. Acesso em: 08 set. 2023.
- **Argentina e China em busca de maior presença na Antártica**
 HERNANDEZ, G.M.M. Brasil e Chile na Antártica: Cooperação entre dois programas distintos. *Dissertação. Universidade Federal Fluminense. Niterói*, 2020. 131 f. Acesso em: 09 set. 2023.
 DELGADO, Juan. [China busca acesso à Antártica com um porto na Argentina - Dialogo Americas](#). Dialogo Americas, 13 mar. 2023. Acesso em: 09 set. 2023.
- **Cibersegurança marítima e Inteligência Artificial: possibilidades tecnológicas**
 CHANDRIKA, Navya. [Artificial intelligence in maritime security](#). The Indian WHY maritime cyber security is so important?. Hellenic Shipping News, 17 ago. 2023. Acesso em: 06 set. 2023.

O mapa inicial (pág 04) do Boletim foi produzido pelo MapChart e segue as diretrizes da Creative Commons.

MAPA DE RISCO

O mapa intitulado “Principais Riscos Globais”, exposto na página 04 deste Boletim, foi elaborado pelos integrantes do Núcleo de Avaliação da Conjuntura da Escola de Guerra Naval. Os critérios utilizados para analisar os fenômenos internacionais e determinar quais devem constar no mapa se baseiam na relevância destes para o Brasil, sendo eles: presença de brasileiros residentes na região, influência na economia brasileira e o impacto no Entorno Estratégico brasileiro. Os parâmetros para categorização dos riscos seguem os interesses dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, relevância dos atores envolvidos, repercussão internacional, impacto regional e a possibilidade da escalada de tensões. Após a seleção

dos fenômenos, estes podem ser categorizados em alto risco (vermelho), quando avalia-se grande instabilidade social, política, militar ou econômica; e também, em médio risco (laranja), para principais situações de agravamento de riscos observados. Os países em cinza representam conflitos monitorados; caso tenha agravamento do risco, este passa a ser vermelho ou laranja.

As análises são refeitas a cada edição do Boletim, com o objetivo de reavaliar e atualizar as regiões demarcadas, bem como a cor utilizada em cada um. Desta forma, são sempre observados os principais fenômenos, distribuídos em alto e médio risco. Abaixo, encontram-se *links* sobre os riscos apontados no mapa:

Por: Luísa Barbosa

► ALTO RISCO:

- ARMÊNIA E AZERBAIJÃO - Crise em Nagorno-Karabakh: [Azerbaijan Denies Deal With Armenian Separatists To Open Roads](#). **Iran International**, 10 set. 2023. Acesso em: 11 set. 2023.
- BURKINA FASO - Crise sociopolítica: [Burkina: “we are not enemies” of the “French people”, says Captain Traoré](#). **Africanews**, 07 set. 2023. Acesso em: 11 set. 2023.
- EQUADOR - Crise sociopolítica: [Councillor’s murder in Ecuador fuels crime concerns ahead of election](#). **Al Jazeera**, 08 set. 2023. Acesso em: 11 set. 2023.
- GABÃO - Golpe de Estado: [Gabon junta eyes two-year transition period before holding elections](#). **France 24**, 11 set. 2023. Acesso em: 11 set. 2023.
- HAITI - Conflitos internos: [Vulnerable to Attack, Haitian Journalists Flee](#). **VOA News**, 08 set. 2023. Acesso em: 11 set. 2023.
- IÊMEN - Crise estrutural e regional: [Yemeni Authorities Try to Contain Clashes Between Ethiopian Immigrants That Killed 10](#). **Asharq Al-Awsat**, 11 set. 2023. Acesso em: 11 set. 2023.
- LÍBANO - Crise estrutural: [Casualty count climbs in Lebanon's Ain al-Hilweh camp after attack on army checkpoint](#). **The Cradle**, 11 set. 2023. Acesso em: 11 set. 2023.
- MALI - Crise sociopolítica: [Mali Armed Groups Say Preparing for Battle With Junta](#). **The Defense Post**, 11 set. 2023. Acesso em: 11 set. 2023.
- MIANMAR - Conflitos internos: [Myanmar’s political detainees face unprecedented restrictions after military officer takes over prison department](#). **Myanmar Now**, 11 set. 2023. Acesso em: 11 set. 2023.
- NÍGER - Golpe de Estado: [Niger accuses Paris of invasion plan as Macron rejects calls for French withdrawal](#). **The Africa Report**, 11 set. 2023. Acesso em: 11 set. 2023.
- RÚSSIA E UCRÂNIA - Conflito militar: [Russia Targets Ukraine’s Capital With Barrage of Drones](#). **The New York Times**, 11 set. 2023. Acesso em: 11 set. 2023.
- SÍRIA - Crise regional: [Antigovernment protesters tear down picture of al-Assad in Syria’s Sweida](#). **Al Jazeera**, 08 set. 2023. Acesso em: 11 set. 2023.
- SOMÁLIA - Crise estrutural: [3 killed, including lawmaker, in blast in Central Somalia shortly after army freed town from militants](#). **Anadolu Agency**, 11 set. 2023. Acesso em: 11 set. 2023.
- SUDÃO - Conflito interno: [Sudanese army kills at least 40 people in a drone attack on Khartoum](#). **Al Jazeera**, 10 set. 2023. Acesso em: 10 set. 2023.

► MÉDIO RISCO:

- BELARUS - Crise regional: [Belarus Says Poland Forcing Back Migrants from Border](#). **The Moscow Times**, 11 set. 2023. Acesso: 11 set. 2023.

• ETIÓPIA - Crises internas: [Ethiopia says it has filled the reservoir on its highly controversial megadam project](#). **CNN**, 11 set. 2023. Acesso em: 11 set. 2023.

• PERU - Crise sociopolítica: [Political crises leave Peru's mining sector in the doldrums](#). **BN Americas**, 08 set. 2023. Acesso em: 11 set. 2023.

• REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO - Crise regional: [Reality check on DRC with EACRF getting extension amid protests](#). **The East African**, 10 set. 2023. Acesso em: 20 ago. 2023.

• VENEZUELA - Crise estrutural: [\\$3 billion in frozen Venezuelan assets will soon be released](#). **El País**, 08 set. 2023. Acesso em: 11 set. 2023.

► EM MONITORAMENTO:

• COREIA DO NORTE - Crise regional: [North Korea: Kim Jong Un reveals 'nuclear attack submarine'](#). **BBC**, 08 set. 2023. Acesso em: 11 set. 2023.

• EL SALVADOR - Instabilidade sociopolítica: [El Salvador's electoral tribunal officially calls 2024 general election](#). **La Prensa Latina**, 07 set. 2023. Acesso em: 11 set. 2023.

• GUATEMALA - Instabilidade política: [Guatemala Ex-President Pleads Guilty in Graft Case Amid Shifting Corruption Climate](#). **Insight Crime**, 08 set. 2023. Acesso em: 11 set. 2023.

• ÍNDIA - Instabilidade social: [Manipur: Fresh violence in Pallel, death toll rises; more than 50 people injured in gunfight](#). **Mint**, 09 set. 2023. Acesso em: 11 set. 2023.

• IRÃ - Instabilidade regional: [IAEA chief: Iran has expanded stock of near-weapons grade uranium](#). **The Jerusalem Post**, 11 set. 2023. Acesso em: 11 set. 2023.

• ISRAEL - Crise regional: [Protests grip Israel ahead of Supreme Court session on judicial overhaul](#). **Reuters**, 11 set. 2023. Acesso em: 11 set. 2023.

• LÍBIA - Instabilidade sociopolítica: [Libya to instal surveillance system along border with Tunisia](#). **Infomigrants**, 11 set. 2023. Acesso em: 11 set. 2023.

• MAR DO SUL DA CHINA - Disputas regionais: [Philippines accuses Chinese vessels of 'dangerous maneuvers' in disputed South China Sea](#). **CNN**, 11 set. 2023. Acesso em: 11 set. 2023.

• MOÇAMBIQUE - Instabilidade entre governo e forças insurgentes: [Mozambique seeking attack drones for Cabo Delgado](#). **Africa Intelligence**, 11 set. 2023. Acesso em: 11 set. 2023.

• NICARÁGUA - Crise política: [El negocio detrás del asilo político en Nicaragua: los fugitivos refugiados](#). **Bloomberg Línea**, 11 set. 2023. Acesso em: 11 set. 2023.

• NIGÉRIA - Crises internas: [Nigeria's elections were once again disputed in court, a stark reminder of a weak electoral system](#). **The Conversation**, 11 set. 2023. Acesso em: 11 set. 2023.

• PAQUISTÃO - Crise sociopolítica: [Pakistan says Afghanistan building 'unlawful structures' along tense border](#). **Al Jazeera**, 11 set. Acesso em: 11 set. 2023.

• REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA - Instabilidade social: [Central Africa: CAR Grapples With Sudan Refugee Crisis, UN Chief Appeals for Int'l Aid](#). **All Africa**, 10 set. 2023. Acesso em: 10 set. 2023.

• SELVA DE DARIÉN - Crise migratória: ["Al límite": Panamá anuncia medidas para contener el flujo de migrantes por el Tapón del Darién](#). **France 24**, 08 set. 2023. Acesso em: 11 set. 2023.

• TAIWAN - Tensões China-EUA: [Taiwan Detects 39 Chinese Warplanes, Carrier](#). **VOA News**, 11 set. 2023. Acesso em: 11 set. 2023.